

## CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PROGRAMAS E PROJETOS PARA A MELHORIA DO ENSINO PÚBLICO DO ESTADO DE S. PAULO

Adriana Lia Friszman de Laplane  
Universidade Estadual de Campinas

### Resumo

A educação pública enfrenta vários tipos de problemas que os pesquisadores da área têm mapeado de forma consistente. Alguns deles decorrem da expansão das redes, outros das históricas dificuldades para formar e manter nelas os bons profissionais. Além disso, a desigualdade social reflete fortemente na diversidade e heterogeneidade das salas de aula, o que ocasiona enormes diferenças na aprendizagem.

Estados e municípios se organizam para enfrentar esses problemas por meio de programas e projetos de melhoria do ensino. O estado de S. Paulo implementa, desde 2007, o Programa Ler e Escrever que provê apoio e formação para professores e coordenadores, de modo a garantir a alfabetização plena de todos os alunos. O Programa envolve, ainda, o Bolsa Alfabetização, que, através de um convênio com universidades, insere um aluno pesquisador nas salas de alfabetização. O bolsista pode atuar também nas salas PIC (Projeto Intensivo no Ciclo I), que agrupam alunos com defasagens na aprendizagem e contam com número reduzido de alunos, currículo adaptado, material específico e apoio pedagógico.

O Programa começou na cidade de S. Paulo e foi estendido, em 2009, às escolas do interior do estado. No mesmo ano iniciamos uma pesquisa numa escola estadual da cidade de Campinas. Temos, desde então, acompanhado a implementação do Programa na escola, o que nos permite, hoje, afirmar que esses programas e projetos constituem, em primeiro lugar, a prova de que as próprias instâncias de planejamento e gestão do ensino fundamental entendem que a estrutura escolar tradicional (um professor para trinta alunos ou mais) não garante a aprendizagem de todos. Os programas e projetos se apresentam como paliativos para amenizar problemas que decorrem de uma estrutura inadequada para cumprir as metas propostas. A intervenção em sala de aula, realizada no contexto do projeto de pesquisa desenvolvido numa sala PIC (4<sup>a</sup> série) da escola, que chegou a contar com 4 educadores em sala, mostrou o potencial de um trabalho pedagógico intensivo em conhecimento, realizado por profissionais experientes. O trabalho em pequenos grupos privilegiou a interação e o intercâmbio de conhecimentos e, em última instância foi responsável por um aumento da participação dos alunos nas atividades e pela melhora no desempenho acadêmico.

**Palavras-chave:** Política educacional. Práticas pedagógicas. Interação social.

**Financiamento:** FAPESP, CAPES, CNPq.

Uma parte da reflexão na área da educação se caracteriza por abordar separadamente as políticas, os modos de organização das instituições e as práticas pedagógicas. A lógica dessas abordagens reside no fato de que cada uma dessas dimensões oferece dificuldades e complexidade suficientes para merecer um tratamento separado. Contudo, se compreendemos as práticas como parte da política que condiciona e regula a organização e o funcionamento institucional torna-se necessário abordar essas instâncias de forma integrada.

As considerações contidas no presente estudo provêm das reflexões sobre as práticas pedagógicas em uma escola estadual de ensino fundamental da cidade de Campinas, SP, realizadas no contexto de um projeto de pesquisa.

A pesquisa começou em 2009, ano em que o Programa Ler e Escrever, da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (São Paulo, 2008) foi estendido aos municípios do interior. O Programa se propõe a intensificar o ensino da leitura e da escrita, ferramentas essenciais para a progressão bem sucedida dos alunos no sistema educacional. O Programa se desdobra em diferentes ações como o Projeto Intensivo no Ciclo I, que agrupa na mesma classe alunos com dificuldades ou deficiências no processo de alfabetização. Esse Projeto conta com materiais específicos e orientação e capacitações organizadas pelas Diretorias de Ensino. Outro desdobramento do Programa é o Projeto Bolsa Alfabetização, que integra alunos de cursos do ensino superior às escolas na qualidade de alunos-pesquisadores.

### **Políticas, organização da escola e práticas: quais as relações?**

A razão da existência de programas de melhoria do ensino é a identificação de problemas no processo de escolarização, que decorrem em baixos índices de sucesso acadêmico, medidos pelos resultados nas avaliações estaduais e nacionais. O Programa Ler e Escrever, criado em 2007 se propõe, assim, a garantir a alfabetização plena de todas as crianças de até 8 anos da rede estadual de ensino de São Paulo. Os objetivos do Programa incluem: o apoio ao Professor Coordenador para o exercício da sua função de formador de professores em serviço; o apoio ao Professor Regente para a consecução das metas de alfabetização mencionadas; a criação de condições institucionais que permitam recuperar a dimensão pedagógica da gestão e, por esse meio, operar mudanças nas salas de aula e comprometer as universidades com o ensino público por meio do programa Bolsa Alfabetização.

Além de garantir a alfabetização plena de todas as crianças de até 8 anos da rede estadual de ensino de São Paulo, as diretrizes publicadas pela Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP), observam que o Programa pretende ainda: apoiar o Professor Coordenador (PC) em seu papel de formador de professores dentro da escola; apoiar os professores regentes na complexa ação pedagógica de garantir aprendizagem de leitura e escrita a todos os alunos, até o final da 2ª série do Ciclo I/ EF, criar condições institucionais adequadas para mudanças em sala de aula, recuperando a dimensão pedagógica da gestão e comprometer as Universidades com o ensino público por meio do programa Bolsa Alfabetização.

Destinado às séries iniciais do ensino fundamental, o Programa é complementado pelo Projeto Intensivo no Ciclo I (PIC) desenhado para os alunos da 3ª e 4ª séries que apresentam defasagens e dificuldades no processo de alfabetização. O Projeto permite a criação de turmas especiais, com número reduzido de alunos, que utilizam um currículo adaptado e materiais específicos, de modo a suprir as necessidades dos alunos que freqüentam as séries finais do Ciclo I, mesmo sem ter domínio da leitura e da escrita. Os professores dessas salas dispõem de um número maior de Horas de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC).

A primeira consideração a ser realizada em relação aos programas de melhoria do ensino diz respeito ao contexto em que essas ações surgem. Note-se que o baixo desempenho nas avaliações produz iniciativas pontuais, que não mudam substancialmente ou de forma permanente a estrutura e a organização do ensino. Elas se configuram, deste modo, como ações paliativas. Pode-se alegar que não é possível realizar mudanças profundas e estruturais rápidas em um sistema regulado por leis e que, ainda assim, algo deve ser feito para a melhoria do ensino, mas essa postura também terá conseqüências para a própria concepção e alcance dessas ações.

Temos, assim, uma escola que na pretensão de cumprir os objetivos da educação previstos na Constituição Nacional (1988) e Estadual (1989) e nas leis, decretos e resoluções, é organizada de um modo que, paradoxalmente, contraria esses objetivos, já que leva o sistema a abstrair as diferenças de origem (cultural, social, regional, racial, religioso, de gênero) dos alunos e a trabalhar com um modelo idealizado (e inexistente na realidade) que reproduz, no interior da escola, a maior parte das desigualdades existentes fora dela (Bourdieu, 1998).

Isto posto, vejamos como funciona o Programa na prática. É previsto que o apoio ao Professor Regente seja realizado predominantemente pelo Professor

Coordenador. Este, participa de ações de capacitação oferecidas pelas Diretorias de Ensino e espera-se que repasse o conhecimento adquirido aos Professores Regentes da escola e auxilie na implementação e gestão do Programa. A implementação bem sucedida do Programa, portanto, se apóia fortemente no desempenho do Professor Coordenador. Mas, esse professor nem sempre tem cumprido uma função pedagógica próxima da sala de aula e, em muitos casos, as tarefas burocráticas da gestão constituem a sua prática cotidiana principal. É importante lembrar, aqui, que a função de Professor Coordenador não é atribuída necessariamente de acordo com critérios de competência pedagógica e, por isso, “o resgate da dimensão pedagógica da gestão” mencionada nos objetivos do Programa (São Paulo, 2008) pode enfrentar dificuldades.

O Projeto Bolsa-Alfabetização envolve estudantes dos cursos de pedagogia ou letras e prevê a atuação dos estudantes em sala de aula como alunos-pesquisadores. O Projeto revela a preocupação com a grande demanda de interação que caracteriza o trabalho de alfabetização, já que insere um novo ator no processo educacional. A aproximação universidade-escola e a participação de um professor universitário que supervisiona os alunos participantes do Projeto na escola são elementos interessantes e com potencial para o sucesso se houver diálogo entre todas as partes e coordenação do trabalho. O Projeto oferece uma experiência de formação prática supervisionada pelo Professor Regente e pelo supervisor da universidade e pode constituir-se como um bom complemento para a formação profissional. Seu sucesso, entretanto, depende da existência de um espaço de comunicação e troca real e efetivo para que os pressupostos, bases teóricas e modos de ensinar possam ser partilhados e negociados de modo a compor uma equipe de trabalho. Reconhecer que o processo de alfabetização pode se beneficiar da presença de um número maior de adultos proficientes na sala de aula é um passo importante, mas é preciso reconhecer, também, que inserir mais um participante no processo pode ter diversos efeitos nas relações entre professores, alunos e estudantes e no processo pedagógico.

As salas PIC partem de uma realidade complexa: existem alunos com defasagens na alfabetização também nas séries finais do Ciclo I. Essas salas agrupam os alunos com maiores dificuldades na esperança de que ao compor grupos homogêneos que compartilham níveis próximos de aprendizagem, a atuação do professor seja mais eficaz. As salas PIC, entretanto, apresentam várias desvantagens. Primeiramente, os alunos que participam dessas salas sabem que elas são “especiais” e, de acordo com a experiência dos professores, precisam ser convencidos de que a inclusão dos alunos

nelas não constitui uma punição, mas sim uma oportunidade. Assim, a mera inserção na sala PIC ocasiona em muitos casos uma queda na auto-estima (já baixa) do aluno. Uma das professoras da sala PIC que participou da pesquisa na escola investiu muito tempo no início do ano escolar em promover a auto-confiança e a emergência de sentimentos positivos em relação às possibilidades de aprender. Inclusive, acabou escolhendo como tema do seu subprojeto a relação entre a afetividade e a aprendizagem. O trabalho pedagógico, entretanto, foi prejudicado pelos entraves e barreiras atitudinais dos próprios alunos.

Por outro lado, o agrupamento de alunos com dificuldades de diferentes ordens, inclusive com deficiências revela-se, de acordo com as observações realizadas, pouco útil. Em uma sala de aula regular há uma distribuição de competências, habilidades e capacidades que permite a complementaridade, a troca de papéis sociais e a cooperação. Se a sala agrupa dificuldades de aprendizagem, baixa auto-estima, problemas de comportamento e deficiências de vários tipos, é mais difícil lograr que o grupo agencie os recursos necessários para agir de forma coesa na direção das metas assumidas. O trabalho de um único professor coordenando o trabalho da classe também se revela pouco eficaz, já que ele deve atender inúmeras demandas diferentes simultaneamente.

Essas condições de trabalho foram evidenciadas, numa das classes observadas, no contraste com os momentos de participação da equipe de pesquisa em sala. A presença dos pesquisadores, que assumiram, junto com a professora da sala, funções pedagógicas, coordenando pequenos grupos de alunos, revelou-se um recurso adequado para atender de forma personalizada os diferentes tipos de demandas e necessidades dos alunos. Nesse contexto, os alunos aprimoraram as suas competências de leitura e escrita, necessárias à realização do projeto do grupo, que resultou na produção e apropriação de conhecimento.

Uma característica de uma dessas classes era a agitação e a ocorrência de episódios que beiravam a violência, com agressões físicas e brigas entre os alunos. Essas condições faziam com que muito tempo fosse gasto em chamar a atenção e disciplinar os alunos. As atividades eram truncadas e a qualquer momento explodia uma briga que interrompia o trabalho. A escolha de um tema e de um projeto de trabalho de caráter interdisciplinar motivou o grupo a se esforçar para cumprir as metas que foram definidas em comum acordo. O projeto consistiu na realização de um filme que a turma apresentaria na cerimônia de formatura. A realização do projeto envolveu a professora da turma e a professora de Artes, além da equipe de pesquisa. A classe escolheu a

história e se organizou para aprender, na aula de Artes, quais são as partes de um filme e a sequência de ações requerida para a sua realização. A história foi transformada em roteiro e este em cenas que foram escritas pelos alunos. Estes fizeram o storyboard, representando o roteiro em imagens por meio de desenho e pintura. Uma vez prontas as cenas, foram realizados os ensaios coletivos e confeccionados o figurino e a cenografia. Finalmente, chegou o dia de filmar as cenas e editar o filme. Os alunos fizeram, ainda, as capas dos DVDs que seriam entregues às famílias e à escola. Escreveram e ilustraram a capa. No decorrer do processo, o grupo ganhou coesão e conseguiu se organizar para realizar as tarefas. Embora a agitação e a violência estivessem presentes muitas vezes, esses comportamentos diminuíram sua frequência e o objetivo pôde ser cumprido. Entre os fatores que colaboraram para essa mudança, entendemos que a presença da equipe de pesquisa em sala de aula na coordenação dos pequenos grupos de alunos ajudou a manter a atenção na atividade. O fato de a tarefa ter sido assumida, explicitamente, por toda a turma também permitiu um maior engajamento e entusiasmo e permitiu retomar os objetivos comuns nos momentos difíceis.

### **Considerações finais**

A análise da implementação do Programa Ler e Escrever permitiu identificar algumas das condições que limitam a sua eficácia. A primeira delas diz respeito ao caráter inevitavelmente paliativo do Programa. A dependência do Programa em relação ao Professor Coordenador, também constitui uma limitação, porque esse profissional tem papel fundamental na capacitação dos professores e no acompanhamento das classes envolvidas no trabalho. Conhecimento, dinamismo e dedicação aos aspectos pedagógicos do processo ensino-aprendizagem são essenciais para a multiplicação e adequação das estratégias de ensino. Mas, o professor coordenador, acumula tarefas eminentemente burocráticas, o que, muitas vezes, o afasta da sala de aula e dificulta o bom desempenho na função de coordenar a ação pedagógica.

O Projeto Intensivo no Ciclo I (PIC) que também compõe o Programa é uma tentativa da Secretaria de Estado da Educação para evitar a deserção escolar e a exclusão de alunos desmotivados, que apresentam defasagens na aprendizagem. A melhoria das médias de desempenho escolar é outro objetivo do Projeto. Essas salas congregam alunos com diversos tipos de dificuldades e são utilizadas também como

parte das estratégias dos gestores para atender os alunos com necessidades educacionais especiais, o que complica mais ainda a formação dessas classes.

As observações e entrevistas com os professores da escola realizadas durante a pesquisa revelaram que as salas PIC são vistas com muito receio pelos professores e que estes, raramente escolhem voluntariamente essas salas. O número reduzido de alunos, o material de apoio, a formação e as Horas de Trabalho Pedagógico Coletivo não são suficientes para tornar as condições de trabalho mais atrativas e essas classes acabam sendo identificadas pelos professores como fontes de frustração e angústia devido à grande dificuldade de se atingir, nelas, as metas de aprendizagem. A realização do projeto de intervenção em uma sala PIC (4<sup>a</sup>. série) mostrou que a presença de uma equipe de educadores atuando junto com o professor em sala de aula pode aumentar a participação dos alunos nas atividades pedagógicas e melhorar seu desempenho acadêmico.

A redução do número de alunos nas classes que participam do Programa significa o reconhecimento de que um único professor dificilmente conseguirá lidar com a variedade de condições e necessidades presentes nas salas de aula. O agrupamento dos alunos com dificuldades na mesma sala, entretanto, revela-se uma estratégia inadequada porque impede a convivência naturalmente diversa que permitiria estabelecer uma dinâmica mais rica e equilibrada, em termos de conhecimentos, recursos e modos de interação presentes.

O Projeto Bolsa-Alfabetização, que apóia o trabalho pedagógico nas séries iniciais do ensino fundamental, aponta para o reconhecimento de que o número de alunos por professor é inadequado e é preciso agenciar meios de diminuí-lo. A tentativa é válida, mas é necessário prever um tempo de encontro entre o Professor Regente e o Aluno-Pesquisador para trocar idéias e coordenar ações, já que não é trivial inserir mais um sujeito para atuar em sala de aula.

Quais são, então, as implicações do Programa para os modos de interação em sala de aula e para o desempenho dos alunos? Uma rápida comparação de desempenho dos alunos da escola na prova Brasil mostra que em 2007 estes obtiveram 174,49 pontos em Língua Portuguesa e 191,87 em Matemática. Em 2009, foram 186,29 em Língua Portuguesa e 204,16 em Matemática. Essas médias encontram-se próximas das médias do Brasil e apesar da melhoria de uma prova para a outra, são inferiores às médias obtidas no estado e na cidade de Campinas (INEP, 2007, 2009). Se, por um lado, não é possível atribuir aos Programas aqui mencionados a responsabilidade pela melhoria

alcançada no desempenho na prova, a análise das condições concretas da sua implementação contribui para a compreensão dos fatores que se apresentam como críticos para que o tempo em sala de aula possa ser efetivamente aproveitado em atividades pedagógicas que redundem em aprendizagem significativa. Nesse sentido, Programas e Projetos poderiam ter a sua eficácia aumentada se complementados com medidas que envolvem a formação, a discussão de estratégias, a orientação de professores e de alunos-pesquisadores envolvidos no Bolsa-Alfabetização. A distribuição de alunos nas classes e o critério utilizado para agrupar esses alunos são também fatores importantes porque contribuem para criar um clima de discriminação na escola, que pode, como vimos, tornar-se um problema adicional para o professor que terá de lidar com a baixa auto-estima dos alunos como ponto de partida para planejar e executar um plano de trabalho pedagógico. Outro fator crucial é, ainda, o número de alunos por classe.

Finalmente, uma consideração sobre o ensino inclusivo. Os Programas e Projetos aqui analisados não prevêem diretrizes ou orientações específicas para a atuação com os alunos com deficiências que apresentam necessidades educativas especiais, apesar de que estes freqüentam as classes em que esses Programas são implementados e, mais do que isso, as classes PIC, por exemplo, fazem parte das estratégias utilizadas pelos gestores para o trabalho com os alunos com deficiências que, muitas vezes se encontram entre os que apresentam defasagens severas de aprendizagem. Esse fato evidencia a dificuldade de nosso sistema de ensino para conceber e implementar um modelo de ensino que acolha melhor as diferenças.

### **Referências bibliográficas**

Bourdieu, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: Nogueira, M e Catani, A (org). Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, 1998.

São Paulo. (Estado). Política Educacional do Estado de São Paulo. Coletânea de Publicações do Estado de São Paulo; 2003.

São Paulo. (Estado). Constituição do Estado de São Paulo. Coletânea de Publicações do Estado de São Paulo; 1989.

São Paulo. (Estado). Estatuto do Magistério Paulista. Coletânea de Publicações do Estado de São Paulo; 2001.

São Paulo. (Estado). Caderno do Gestor. Vol. 3. Coletânea de Textos: 2008.



São Paulo. (Estado). Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. Instruções para HTPC. Coletânea de Textos; 2009.

São Paulo. (Estado). Resolução SE nº 10, de 31/01/2008, publicada no DOE de 01/02/2008. Programa Ler e Escrever.

São Paulo. (Estado). Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. Instruções para HTPC. Coletânea de Textos; 2009.